

Em junho de 2006, a Comissão de Ética elaborou o Plano de Gestão da Ética na INFRAERO, o qual tem como objetivo a institucionalização da ética na Empresa, conforme as diretrizes da Comissão de Ética Pública. Esse plano compreende estratégias de sensibilização, de educação, de divulgação, de tratamento das questões éticas e de avaliação da gestão.

O ano de 2007 caracterizou-se pelo aprofundamento das ações para a implementação do Plano de Gestão supracitado, sendo reforçado pela assinatura do Decreto Nº 6.029, em 1º de fevereiro de 2007, o qual instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética no âmbito do Executivo Federal. O Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal compreende a Comissão de Ética Pública e as Comissões de Ética dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, criadas pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, entre as quais se enquadra a Comissão de Ética da INFRAERO – PRCE.

Outro fator que contribuiu para reforçar a atuação da Comissão de Ética foi a criação do Fórum de Ética das Empresas Estatais, em 21 de maio de 2007, por meio da assinatura de Convênio entre as 14 (quatorze) maiores empresa estatal, incluindo a INFRAERO, com a finalidade de fomentar a gestão da ética nessas empresas. O Fórum promove o permanente debate de questões, modelos e práticas de gestão da ética, bem como busca o constante aprimoramento dos Códigos de Ética e de Conduta de cada conveniente, sendo um amplo espaço para “*benchmarking*” e aprimoramento dos próprios membros da Comissão de Ética da INFRAERO.

Ouvidoria

A INFRAERO, uma das maiores administradoras de aeroportos do mundo, tem como um de seus principais compromissos “ouvir o cliente”. Criada em 2003, a Ouvidoria da INFRAERO firmou-se como fonte de registro oficial de anseios, vontades, expectativas, satisfações, pleitos, queixas, entre outros, do público nacional e estrangeiro, com potencial para suprir os gestores com informações fundamentais ao processo de melhoria contínua dos processos da Empresa.

Em 2007, a Ouvidoria da INFRAERO recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o “Prêmio de Excelência em Serviços ao Cliente”, na categoria “Serviço Público Federal”, oferecido pela Revista Consumidor Moderno.

O prêmio avaliou três aspectos empresariais para fechar sua avaliação: 1) a interação e comunicação com seus clientes e consumidores; 2) adequação

da missão corporativa à estratégia de relacionamento com o cliente; 3) qualidade do atendimento, coerência e consistências das informações prestadas e o nível de respostas.

Acessibilidade

Em 2007, a rede de aeroportos administrados pela INFRAERO deu continuidade à implementação de ações para proporcionar melhores condições de acessibilidade em suas instalações, com diversas melhorias realizadas, entre as quais destacam-se:

- Adaptação de sanitários do Aeroporto de Confins para as pessoas com deficiência;
- Melhoria dos sanitários do Aeroporto do Galeão visando atender a demanda de atletas do Parapan-Americano e demais usuários com deficiência;
- Instalação de telefones para surdos – TDD em todos os aeroportos, de acordo com as exigências legais;
- Elaboração de projeto de acessibilidade para adequação geral das instalações do Aeroporto de Guarulhos, para atendimento das pessoas com deficiências;
- Adaptação do Aeroporto de João Pessoa à NBR 9050 dos requisitos de acessibilidade;
- Adequação de acessibilidade do Aeroporto Santos-Dumont (parte nova).

Com o objetivo de dar um melhor atendimento às pessoas com deficiência, inclusive àquelas com deficiência auditiva, a INFRAERO capacitou e reciclou, até o momento, em âmbito nacional, 800 profissionais, que atuam no atendimento ao público, por meio do “Curso de Atendimento à Pessoa com Deficiência e à Pessoa com Necessidade de Atendimento Especial, com ênfase em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

Foram capacitados mais 300 colaboradores das comunidades aeroportuárias dos aeroportos de Manaus, Salvador, Belém, Recife e Brasília, que lidam com o

público para proporcionar um melhor atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Visando buscar uma integração da Comunidade Aeroportuária com os órgãos reguladores e fiscalizadores, foi realizado o I Fórum Nacional de Acessibilidade em Aeroporto, com a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, Secretaria Especial de Direitos Humanos – CORDE, Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Ministério Público, Ministério das Cidades, contou também com a presença da alta gerência da INFRAERO, companhias aéreas, dos órgãos públicos integrantes da comunidade aeroportuária, concessionários, METRÔ-SP, instituições de pessoas com deficiência, dentre outros.

Também foram constituídas comissões de acessibilidade nas Superintendências Regionais, por meio de Atos Administrativos, assinados pelo Presidente da INFRAERO, com o objetivo de propor, implantar, acompanhar e gerenciar as ações de acessibilidade da INFRAERO e seus respectivos objetivos estratégicos, bem como cumprir o disposto no Regulamento de Acessibilidade e todos os dispositivos legais vigentes, no âmbito da própria Superintendência Regional e Aeroportos subordinados.

A INFRAERO participou de Feiras de Acessibilidade e Reabilitação, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos – CORDE, com o objetivo de contribuir para a integração de ações que visam impulsionar as políticas de inclusão da pessoa com deficiência no processo do desenvolvimento do país.

Com o objetivo de alinhar as ações de acessibilidade e traçar um planejamento para cumprimento da Política de Acessibilidade da INFRAERO e dispositivos legais, foi feito um mapeamento das condições de acessibilidade de todos os aeroportos da rede.

Foi estabelecida diretriz em que todo projeto de construção, reforma e/ou adaptação, obrigatoriamente, terá que levar em consideração os aspectos de acessibilidade, não somente para as pessoas com deficiência, mas também àquelas que possuem mobilidade reduzida permanente ou não, como o obeso, grávida, crianças, idosos, entre outros.

Destaque especial ao PARAPAN-AMERICANO ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no período de 12 a 19 de agosto, ocasião na qual foi colocada em prática a política de acessibilidade e suas vertentes. Foram capacitados, por meio de sensibilização e treinamento as comunidades aeroportuárias dos Aeroportos de São Paulo/Guarulhos e Rio de Janeiro/Galeão para atender os cerca de 1.300 atletas para-olímpicos que participaram dos jogos parapan-

americanos, inclusive com um simulado para testar as instalações e todas as ações programadas para o desembarque e embarque dos atletas. No total participaram dos treinamentos cerca de 1.200 trabalhadores dos aeroportos, envolvendo inclusive integrantes do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos do Rio (CO-RIO). O resultado foi muito positivo, deixando um grande legado, a preparação e o engajamento de toda a comunidade aeroportuária quanto às questões referente acessibilidade inclusive a mudança do modo de pensar e agir das pessoas. O treinamento foi o grande responsável pela ausência de qualquer incidente tanto no desembarque e embarque das delegações e também pelos elogios recebidos dos atletas, integrantes das delegações nacionais e internacionais e organizadores do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos do Rio (CO-RIO).

Meio Ambiente

Ao planejar, construir e operar instalações aeroportuárias em conformidade com leis e regulamentos ambientais nacionais e internacionais, a INFRAERO busca adotar padrões construtivos e tecnológicos que possibilitam economia de recursos naturais e a prevenção de poluição, além de buscar a melhoria contínua e a eficiência operacional nas suas instalações.

Em seus programas ambientais a INFRAERO desenvolve muitos de seus estudos em conjunto com universidades e institutos de pesquisas, buscando a inovação tecnológica, a efficientização dos seus procedimentos e o fomento à ciência e tecnologia nacionais. Entre os programas ambientais desenvolvidos pela Empresa, destacam-se:

Programa Licenciamento Ambiental

Visando a consonância com a legislação brasileira e a política ambiental da INFRAERO, no ano de 2007, a Empresa obteve a licença operacional dos Aeroportos Internacional Tancredo Neves (Confins), Macaé e Internacional de Campinas/Viracopos.

Em 2007, estavam previstos ainda os licenciamentos operacionais dos Aeroportos de Uberlândia, Uberaba, Brasília, Salvador e Guarulhos, compondo um grupo de 8 (oito) aeroportos. Contudo, dado a fatores intervenientes, alheios à INFRAERO, não se cumpriu a meta em sua totalidade.

Dentre os aeroportos não licenciados, Uberlândia e Uberaba apresentavam a maior probabilidade de obtenção de Licença de Operação, em 2007.

Todavia, em virtude das profundas modificações estruturais ocorridas na Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), do Estado de Minas Gerais, no 2º semestre de 2007, o tempo necessário para a análise ambiental dos referidos empreendimentos foi ampliado, provavelmente contribuindo para a não emissão, em 2007, das Licenças Operacionais do SBUL e SBUR.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos - SBGR, com mais de 5 (cinco) anos de processo de licenciamento, também apresentava boa probabilidade de ser licenciado em 2007. Após um árduo trabalho realizado durante o 2º semestre de 2007, o licenciamento do Aeroporto de Guarulhos está dependendo da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), prevista para ocorrer em janeiro de 2008.

Destaca-se o esforço empreendido para obtenção de outras licenças ou autorizações de relevante importância para a INFRAERO, como:

- Autorização ambiental para recuperação do sistema de pista do Aeroporto de São Luís - SBSL;
- Autorização de instalação para reforma do Terminal do Aeroporto de Boa Vista - SBBV;
- Autorização ambiental para ampliação do Aeroporto de Curitiba - SBCT;
- Autorização ambiental para instalação do aeroporto indústria no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) - SBCF;
- Licenças prévias para a unidade de tratamento de resíduos do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) - SBCF e Aeroporto de Recife - SBRF;
- Licença de instalação para o Aeroporto de Brasília - SBBR.

Além desses diplomas ambientais conquistados em 2007, foram estruturados vários processos de licenciamento de interesse da Empresa, como as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, para respectiva solicitação de licença ambiental.

Também foi contratada empresa especializada para elaboração de estudos ambientais para o Aeroporto Internacional Afonso Pena/Curitiba – SBCT, referente às obras de prolongamento da pista de pouso 15/33, ampliação do pátio de aeronaves e obras complementares.

Programa Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Em cumprimento ao Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2007, foi constituída na INFRAERO a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, da Sede, por meio do Ato Administrativo nº. 1377, de 25 de julho de 2007. A Comissão tem a finalidade de coordenar a instituição da separação de materiais recicláveis, como papel e plástico, e repassá-los para uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, que atenda às determinações daquele Decreto.

A CCSS já definiu os materiais que serão utilizados na INFRAERO, tais como: cartazes, camisetas, lixeiras, banners, assinaturas do notes, copos, etc., bem como a distribuição de sementes e mudas, peças e palestras educativas visando conscientizar os empregados da empresa, sobre a importância da Coleta Seletiva para o homem e o Meio Ambiente. Para a implantação da Coleta Seletiva, que deverá ocorrer no final de março de 2008, a CCSS vem trabalhando constantemente e espera contar com a colaboração de todos os funcionários da Empresa.

Gerenciamento de Recursos Hídricos

Diversas ações foram implementadas objetivando a eficiência e a melhoria da gestão dos recursos hídricos, dentre as quais, destacam-se:

- Encontra-se em andamento o processo para assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a ANA - Agência Nacional de Águas, compreendendo a proposta de desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico a serem aplicados em ambientes aeroportuários;
- Foram iniciados oito projetos vencedores da Chamada Pública - Água em Aeroportos, por meio de convênio com a FINEP. Esses projetos são voltados à implantação de novas tecnologias e gestão dos recursos hídricos, contemplando, entre outras questões, a capacitação técnica, o tratamento e reuso da água de efluentes, novas tecnologias para o tratamento de água de sistemas de climatização e preservação de corpos hídricos, em vários aeroportos. Os projetos se encontram em andamento, sendo acompanhados por técnicos da INFRAERO.

Conservação do Solo

Ao longo do ano de 2007, por meio do Programa de Conservação do Solo, dedicou-se esforços na elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, do Aeroporto Internacional de Macapá - SBMQ, contemplando os estudos ambientais interdisciplinares necessários à reparação de danos ambientais gerados pela retirada de material mineral (areia, terra, cascalho, etc.) de dentro do sítio aeroportuário. Esses estudos foram entregues ao órgão ambiental estadual, em cumprimento à condicionante da Licença de Instalação da obra do Aeroporto Internacional de Macapá.

Ruído Aeronáutico

Os trabalhos sobre ruído aeronáutico buscam atender a demandas variadas, como condicionantes de licenças ambientais, estudos de alternativas para planejamento aeroportuário, avaliações de impacto sonoro, em função do *mix* de aeronaves em determinados aeroportos, entre outras.

Em 2007, dentre as medidas adotadas, merecem destaque:

- Campanhas de medição de ruído:
 - Foram realizadas 3 (três) campanhas de medição de ruído no entorno do Aeroporto Internacional de Brasília, e, para Fortaleza e Recife, foram elaborados os relatórios de automonitoramento de ruído. Esses estudos foram realizados em atendimento à condicionante de licenciamento ambiental das respectivas unidades aeroportuárias.

- Estudo e Proposta para Atenuação de Ruído de Equipamentos e Aeronaves em Operação no Solo no Aeroporto Internacional de Congonhas:
 - Foi elaborado um relatório com diagnóstico da situação de ruído aeronáutico no entorno do Aeroporto Internacional de Congonhas – SBSP, em

função das atividades em solo. O relatório apontou medidas que poderão contribuir para a redução da incidência de ruído na população imediata ao aeroporto.

- Sistema de Monitoramento de Ruído nos Aeroportos de Brasília - SBBR e Guarulhos – SBGR:
 - Após a emissão das Ordens Iniciais de Serviço, em 01 de dezembro de 2006, a empresa contratada para implantação do Sistema de Monitoramento de Ruído dos Aeroportos de Brasília – SBBR e Guarulhos – SBGR, tem prestado serviços relativos ao projeto e construção da infraestrutura de 7 (sete) pontos de monitoramento no entorno de cada um dos aeroportos. Os equipamentos nacionais para implantação do sistema foram adquiridos, e os internacionais passaram pelo desembaraço aduaneiro. As atividades de instalação, teste e treinamento do sistema, em ambos os aeroportos, deverão ocorrer em 2008.

Programa Fauna

Em 2007, o Programa Fauna concentrou a sua atuação no combate ao tráfico de animais silvestres.

O tráfico de animais silvestres é uma das maiores atividades predatórias do país. Das florestas brasileiras, são retirados, em média, 12 milhões de animais a cada ano. Dentro dessa estatística, para cada animal vendido, nove morrem. O tráfico de animais só perde para o tráfico de drogas e de armas na escala dos mais rentáveis.

Com o intuito de coibir essa prática em seus aeroportos, a INFRAERO firmou uma parceria com a instituição sem fins lucrativos, Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – RENCTAS.

Por meio dessa parceira, a INFRAERO vem promovendo nos principais Aeroportos exposições que visam despertar o interesse do público na

preservação da nossa biodiversidade, criar no público alvo a noção da sua responsabilidade na preservação do meio e de nossas espécies silvestres, informar ao público sobre o que é tráfico de animais silvestres, onde ocorre, o número de animais traficados e a crueldade cometida contra nossa fauna silvestre, bem como, divulgar as ações de preservação ambiental da INFRAERO.

Conservação de Energia

Visando uma melhor gestão e fiscalização dos contratos de energia elétrica, por meio do acompanhamento das informações compreendidas nas faturas de energia elétrica, uma das metas ambientais adotadas pela INFRAERO em 2007 foi de "Implantar o Sistema de Gestão de Contratos de Energia Elétrica – GCE".

O GCE é uma importante ferramenta que permite o acompanhamento dos contratos de energia da INFRAERO, fornecendo informações sobre os mesmos, tais como: prazos de validade dos contratos, demanda contratada, valores mensais, pagamentos efetuados, consumo de energia de cada unidade consumidora e indicadores de energia elétrica. Os dados informados no sistema permitirão uma gestão mais eficaz dos contratos, fornecendo subsídios para a tomada de decisão, além de disponibilizar, de forma simples, dados confiáveis referentes ao consumo de energia elétrica nos aeroportos, Grupos de Navegação Aérea e Unidades Técnicas de Aeronavegação, sob a responsabilidade da INFRAERO.

Como benefícios da implantação do GCE, podem ser citados:

- Fornecimento de relatórios gerenciais que possibilitam o gerenciamento dos contratos de energia elétrica, de forma simples e com maior confiabilidade;
- Maior controle das planilhas;
- Possibilidade de ações mais eficazes de fiscalização;
- Informação atualizada on-line.

Também merece destaque o Termo de Cooperação Técnica firmado entre a INFRAERO e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD para a implementação, em caráter experimental, de um Sistema de Gestão de Energia. O Sistema visa apresentar soluções de gestão que possibilitem a redução de consumo e gastos de energia elétrica no aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas. Os trabalhos foram realizados em 2007 e se encontram em etapa de avaliação dos resultados.

Programa Energias Alternativas

Foram adquiridas luminárias solares de balizamento, com tecnologia LED, que dispensam a utilização de cabo elétrico para seu funcionamento, haja vista que dispõem de célula fotoelétrica e bateria para captação e armazenamento de energia solar, o que confere total autonomia e confiabilidade. As luminárias foram enviadas para 7 (sete) Superintendências Regionais, para instalação em pistas taxiway de acesso aos pátios de aviação geral.

Programa de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental acontecem de forma descentralizada nas regionais e aeroportos da INFRAERO, merecendo destaque os seguintes projetos:

→ Exposição "INFRAERO E MEIO AMBIENTE EM PERFEITA HARMONIA":

Foi realizada, em 2007, a Exposição itinerante "INFRAERO E MEIO AMBIENTE EM PERFEITA HARMONIA", em todas as Regionais, que consiste na divulgação dos Programas Ambientais da Empresa. A exposição tem como objetivo reunir e divulgar os instrumentos da Política Ambiental da INFRAERO, seus Programas Ambientais e os principais resultados alcançados nos últimos anos.

→ Elaboração de uma cartilha temática "Lâmpadas Fluorescentes Usadas – Procedimentos para Tratamento":

A cartilha constitui-se de material didático para treinamento institucional relacionado ao adequado manejo e destinação final de lâmpadas usadas contendo mercúrio em sua composição. A elaboração do documento visa a realização de cursos corporativos em todas as Superintendências Regionais, direcionados ao treinamento de funcionários e parceiros da INFRAERO, para o adequado manuseio, acondicionamento, transporte e destinação final das lâmpadas usadas nos aeroportos da Rede.

O público alvo para distribuição das cartilhas são os empregados e parceiros que atuam nas áreas de conservação e limpeza, manutenção, operações e segurança das unidades aeroportuárias.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Gestão de Pessoas

Por ser uma empresa que atua no setor de aviação civil, na prestação de serviços cuja interrupção causa transtornos e pode acarretar prejuízos à sociedade, a natureza do negócio impõe regras, padrões e procedimentos rígidos para manutenção dos níveis de segurança operacional. Mas nenhum desses processos seria bem-sucedido não fossem os profissionais envolvidos em sua operação.

A INFRAERO entende que o desempenho da organização depende da capacitação, motivação e bem-estar da força de trabalho e da criação de um ambiente de trabalho propício à participação e ao desenvolvimento das pessoas.

Neste cenário destaca-se a importância do aperfeiçoamento profissional, por meio de treinamento contínuo e eficaz, como ferramenta na capacitação, adequação, especialização e reciclagem dos empregados para o alcance das metas e objetivos pessoais e corporativos.

Com o objetivo de manter alinhados os subsistemas de recursos humanos e o planejamento empresarial, a INFRAERO deu continuidade ao Projeto de Gestão de Pessoas por Competência, tendo sido concluída a Matriz de Competência por cargos e funções.

O modelo adotado para a disseminação do conhecimento na INFRAERO é o da Educação Corporativa, por meio do qual é realizado o investimento na capacitação e aperfeiçoamento da força de trabalho. A aplicação dos programas de treinamento e capacitação e de desenvolvimento gerou 50.000 participações em eventos de treinamento, com investimento de R\$ 16,4 milhões.

Foi mantida a prioridade dos cursos voltados aos profissionais que atuam nas áreas de Operações, Segurança e Navegação Aérea, sendo que, apenas para esta última área, foram investidos cerca de R\$ 6,4 milhões, para os

empregados das atividades de controle de tráfego aéreo, operação de estação aeronáutica, informações aeronáuticas e observação meteorológica.

Visando a uma maior integração entre as diversas áreas da Empresa, as ações da Diretoria de Administração foram voltadas, principalmente, para a valorização do espírito empreendedor e participativo dos empregados, buscando elevar o moral e auto-estima e direcionado esforços, de todos, para um trabalho mais profícuo.

A Revista Infraero Notícias, dirigida ao público interno, se consolidou como um importante canal de comunicação e integração com os aeroportos. Produzida pela área de marketing e comunicação social, com a colaboração dos aeroportos, foi o primeiro veículo em formato revista dirigido aos empregados da empresa.

Destaca-se, ainda, a reestruturação da *Intranet*, com vistas a torná-la em um portal corporativo para o público interno. Também foi feito estudo para desenvolvimento um modelo-padrão para os informativos dos aeroportos, a serem remodelados em 2008. O Destaque, principal informativo diário da INFRAERO, também passou a circular para mais de 20 mil empregados, via e-mail.

A INFRAERO vem buscando continuamente a melhoria da qualidade de vida de seus empregados por meio de diversas ações, a exemplo dos Programas de Benefícios. A Empresa respeita os benefícios legais: vale-transporte, tíquete alimentação/refeição, auxílio doença previdenciário e, além desses oferece vários outros: assistência médica e hospitalar, auxílio odontológico, cesta alimentação, auxílio material escolar, auxílio creche, seguro de vida em grupo e auxílio funeral. O grande diferencial encontra-se no Programa de Assistência Médica que atende a 34.000 pessoas, entre empregados e seus dependentes, oferecendo a todos, sem distinção, a mesma qualidade de atendimento.

Na área de saúde e segurança do trabalho, destacaram-se as seguintes ações:

- Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – PPAA:
 - Elaborado um Plano de Ação para atender as exigências da ICA 63-16/2006, que estão previstas para o ano de 2008.
- Promoção de Saúde:
 - Realização de Campanha de Vacinação Antigripal.

- Segurança e Saúde no Trabalho:
 - Realização de ações relacionadas ao cumprimento das Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho.

Merece destaque o Projeto “Idéia em Ação” que visa valorizar e premiar ações inovadoras, que sugeridas e implementadas por nossos empregados apresentaram impacto e resultado positivo na atividade meio ou atividade fim da Empresa. Foram recebidas idéias da Sede e de todas as Superintendências Regionais, das quais 24 foram premiadas.

Certificações Internacionais

Operações

Objetivando garantir que as características físicas e as condições operacionais dos aeroportos, inclusive os procedimentos operacionais e de administração aeroportuária, atendam à regulamentação aeronáutica, a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) orientou o órgão central do Sistema de Aviação Civil do Brasil quanto à necessidade de proceder à certificação dos aeródromos públicos brasileiros.

A INFRAERO, em 2007, deu prosseguimento às ações referentes ao processo de Certificação Operacional dos diversos Aeroportos, em cumprimento às novas exigências do Sistema de Aviação Civil. Nesse sentido merecem destaque:

- Definição dos requisitos necessários para a habilitação documental do aeroporto, na fase de consulta preliminar do processo de Certificação Operacional, conforme IAC 139-1001 e IAC 139-1002 nos aeroportos de Rio Branco, São Luís, Macapá, Fortaleza, Natal, Teresina, Maceió, Petrolina, Campina Grande, Salvador, Confins, Campinas, Curitiba, Florianópolis e Foz do Iguaçu;
- Conclusão dos requisitos para a finalização do Manual de Operações do Aeroporto – MOA nos aeroportos de

São Luís, Fortaleza, Natal, Maceió, Galeão, Confins, Curitiba e Florianópolis; e

- Implantação da 1ª fase do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional – SGSO nos aeroportos de Manaus, Belém, Recife, Brasília, Galeão, Guarulhos e Porto Alegre.

Navegação Aérea

Durante a Terceira Reunião Regional de Navegação Aérea da Região do Caribe e da América do Sul, promovida pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) que recomendou a aplicação de programas de garantia da qualidade nos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS).

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), por meio do Manual do Comando da Aeronáutica, MCA 100-12, estabeleceu as diretrizes para implementação de programas de garantia da qualidade nos Serviços de Tráfego Aéreo.

O principal foco desse programa é estabelecer uma metodologia específica para garantir a segurança das operações e evitar a ocorrência de incidentes de tráfego aéreo que comprometem a eficiência dos serviços prestados aos usuários.

O programa deve ser implementado para permitir a adoção de medidas que, além de proporcionar uma operação segura, possa, adicionalmente, promover melhoria e aperfeiçoamento no desempenho dos órgãos ATS.

Dentro desse contexto a INFRAERO desenvolveu diversas ações dentre as quais se destacam:

- Aprovação da Política de Segurança Operacional de Navegação Aérea, pela Diretoria Executiva;
- Execução do programa de capacitação no normativo MCA 100-12, contemplando a sensibilização e treinamento de equipes de navegação aérea, dos aeroportos selecionados;

- Realização do curso Auditor Interno com Foco ATS, com participação dos empregados da navegação aérea e planejamento e gestão;
- Realização do Workshop da Garantia da Qualidade no ATS, com participação dos empregados da navegação aérea e planejamento e gestão;
- Participação de equipes da navegação aérea e planejamento e gestão da INFRAERO no Treinamento de Auditor Interno da Qualidade no ATS, promovido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA;
- Participação de equipes da navegação aérea e planejamento e gestão da INFRAERO no *Workshop* da Qualidade, promovido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA;
- Interação e intercâmbio de experiência nas atividades técnicas de ATS desenvolvidas pela INFRAERO/DECEA, visando à padronização de procedimentos na implantação do normativo MCA 100-12;
- Realização de pré-auditorias, nos cinco primeiros órgãos ATS da INFRAERO, que seriam auditados pelo DECEA em Dezembro/07 e Janeiro/08;
- Reavaliação do programa de implantação do MCA 100-12 e definição de novas Dependências que irão adotar o normativo.

Sistema de Gestão

Em atendimento à orientação da Alta Direção em conduzir a organização ao contínuo aprimoramento, o programa de certificação pela *ISO 9001:2000* ampliou o número de dependências certificadas para um total de 26 aeroportos da Rede, sempre com foco na padronização e desenvolvimento permanente dos processos operacionais que afetam diretamente a qualidade dos serviços oferecidos, de forma a prover o suporte necessário às certificações dos organismos normatizadores da aviação civil nacional e internacional.

**ISO 9001:2000
AEROPORTOS CERTIFICADOS**

Aeroporto Internacional de Belém
Aeroporto Internacional de São Luís
Aeroporto Internacional de Manaus
Aeroporto Internacional de Guarulhos
Aeroporto Internacional de Congonhas
Aeroporto Internacional de Campinas
Aeroporto Internacional do Galeão
Aeroporto Internacional de Confins
Aeroporto de Vitória
Aeroporto Internacional de Porto Alegre
Aeroporto Internacional de Curitiba
Aeroporto Internacional de Florianópolis
Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu
Aeroporto Internacional de Navegantes
Aeroporto Internacional de Brasília
Aeroporto Internacional de Cuiabá
Aeroporto de Goiânia
Aeroporto Internacional de Recife
Aeroporto Internacional de Fortaleza
Aeroporto Internacional de João Pessoa
Aeroporto Internacional de Maceió
Aeroporto Internacional de Natal
Aeroporto de Petrolina
Aeroporto Internacional de Salvador
Aeroporto de Aracaju
Aeroporto Internacional de Rio Branco

Tecnologia da Informação

Dentre as diversas ações empreendidas pela Superintendência de Tecnologia da Informação no ano de 2007, destacaram-se:

- Implantação do Sistema Integrado de Solução Operacional – SISO nos aeroportos de Congonhas, Santos-Dumont, Carajás, Bacacheri, Jacarepaguá, Carlos Prates e Parnaíba;

- Incremento no Sistema Integrado de Solução Operacional – SISO com a criação de novas situações de atraso e a inclusão de avisos para informar ao público que as informações vinculadas nos dispositivos de visualização dos aeroportos são de responsabilidade das Empresas Aéreas;
- Implantação do Sistema de Identificação e Controle de Acesso – SICOA nos aeroportos de Campos, Ilhéus, Aracajú, Manaus, Petrolina, Foz do Iguaçu, Paulo Afonso, Fortaleza, Uberlândia, Uberaba, São José dos Campos, Campina Grande, Pampulha e Joinville;
- Adequações no Sistema GertorH com a implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) que objetiva atualizar o histórico de cargos, funções e lotações dos empregados;
- Implementada adequações no Sistema de Cadastramento de Atividades de Empregado – SICAE;
- Desenvolvimento do módulo de Salvamento e Combate a Incêndio do Sistema Integrado de Segurança Aeroportuária – SISA;
- Implantação do Sistema SISCOMEX nos Aeroportos de Macapá e Santarém;
- Implantação do Sistema Achados e Perdidos em todos os aeroportos da Regional Norte;
- Integração de ambiente de Tecnologia de Informação aos Transelevadores do TECA III (Terminal de Cargas) do Aeroporto de Manaus;
- Suporte e apoio ao evento do Pan-Americano 2007 à execução de serviços de infra-estrutura de Teconologia da Informação para instalação das entidades ligadas ao evento;
- Ampliação dos *links* de comunicação de dados visando garantir um melhor desempenho no acesso às informações nos aeroportos do Galeão, Guarulhos, Manaus, Recife, Belém, Salvador, Carlos Prates, Boa Vista, Cruzeiro do Sul, Porto Velho, Tabatinga, Pelotas, Bacacheri, Aracajú, Ilhéus, Paulo Afonso, Júlio César, Campos, Santarém, Foz do Iguaçu, Londrina, Teresina, Palmas, Fortaleza e João Pessoa;

- Implementação do balanceamento dos *links* principais e redundantes dos aeroportos do Galeão, Confins e Vitória;
- Implantação dos sistemas de interfones/supervisão em todos os elevadores do Aeroporto do Galeão;
- Instalação de Solução Integrada de Gerenciamento de Estações de Trabalho na Sede, Superintendências e Aeroportos;
- Atualização do parque computacional na Sede, Superintendências e Aeroportos;
- Revitalização da rede LAN dos aeroportos de Manaus, Rio Branco, Foz do Iguaçu e São Luís;
- Instalação de novas centrais telefônicas nos aeroportos de Foz do Iguaçu, Curitiba, Juazeiro do Norte e Mossoró;
- Ampliação da central telefônica dos Aeroportos de Santos-Dumont, Belém e Galeão;
- Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço telefônico fixo local para todos os aeroportos da Regional Sul e Noroeste;
- Implantação de repetidoras para o sistema de radiocomunicação UHF no Aeroporto de Foz do Iguaçu sanando as intercorrências na comunicação;
- Implantação do sistema de radiocomunicação UHF no Aeroporto de Forquilha;
- Revitalização do sistema de radiocomunicação dos aeroportos de Santarém, Macapá, Carajás, Imperatriz, Altamira e São Luís;
- Atualização tecnológica e aquisição de equipamentos de radiocomunicação para substituição de equipamentos danificados nos aeroportos da Regional Sudeste e no Aeroporto do Galeão;
- Projeto para ampliação do Campo de Antenas do Aeroporto do Galeão; e
- Vistoria e apoio para melhorias na área de radiocomunicação do Aeroporto Santos-Dumont para atendimento à Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, vinculada ao Ministério da Justiça.

Licitação, Contratação e Gestão de Suprimentos

Mantendo a estreita observância às determinações legais, foram desenvolvidas diversas ações em 2007 com o objetivo de racionalizar processos, fortalecer controles e otimizar os recursos disponíveis, merecendo destaque as seguintes:

- Expedição da Norma da Infraero 6.01/D (LCT), que regulamenta os procedimentos licitatórios, as dispensas e as inexigibilidades de licitação no âmbito de todas as dependências da INFRAERO, pertinentes às obras, serviços, compras, alienações, locações e concessões de uso de áreas, bem como o acompanhamento dos contratos celebrados pela Empresa;
- Implantação do módulo "Relatórios Gerenciais" no Sistema de Gestão de Contratos de Serviços Contínuos – SGCO, que tem como alvo o gerenciamento dos contratos, nos quais disponibilizam informações específicas referentes às planilhas de custos e formação de preços, efetivo, vigência, custo mensal, custo global, etc., de forma a possibilitar análises comparativas de contratos e resumos diversos;
- Realização do Curso Gestão e Fiscalização de Contratos de Serviços Contínuos, tendo como objetivo promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam como gestores e fiscais de contratos de serviços contínuos no âmbito da INFRAERO, tendo sido treinados 196 empregados, durante o exercício de 2007;
- Redução do teto estabelecido de encargos sociais em 0,66% para contratos de serviços contínuos e para os contratos de serviços de engenharia de manutenção, por meio do acompanhamento e assessoramento das novas propostas de licitação,

prorrogação e repactuação de contratos vigentes, gerando uma economia para a Empresa.

Controle Empresarial

Visando atender a recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal da INFRAERO para aperfeiçoamento e reorganização das ações de controle interno no âmbito da Empresa, desde 2006 foi estruturada a atividade de Controle Empresarial.

Paralelamente ao desenvolvimento das atribuições de verificação, *a priori*, da regularidade e conformidade dos processos geradores de receita e despesa da Empresa, no âmbito da Sede e das Regionais, o ano de 2007 caracterizou-se pela organização das atividades em nível corporativo, tendo sido previstas e realizadas diversas ações para o atendimento das seguintes prioridades: alinhamento de pensamento e de competências; maior integração e fortalecimento da equipe; padronização das atividades e instrumentos de trabalho; divulgação da atividade de controle na Empresa; atualização e aperfeiçoamento profissional; e adequação do efetivo na Sede e nas Superintendências Regionais.

Auditoria Interna

Entre os objetivos gerais da Auditoria Interna, a verificação da existência e do cumprimento das normas e procedimentos e a avaliação da eficiência, da eficácia, da economicidade e da efetividade dos atos praticados constituem pontos importantes a serem examinados.

Deve ser destacado que a unidade de auditoria, durante o exercício de 2007, foi bastante acionada, como comprova o grande número de auditorias especiais realizadas. No ano foram executadas 12 auditorias especiais. Apesar desta circunstância, a meta prevista no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2007 foi plenamente atingida com a realização de todas as 78 auditorias planejadas. Tendo sido realizadas um total de 90 auditorias.

É importante destacar que em razão da contratação de novos auditores e engenheiros houve um incremento significativo nas auditorias realizadas em relação ao exercício anterior.

Deve ser salientado que os trabalhos realizados pela Auditoria Interna geraram uma economia substancial aos cofres da INFRAERO.

Merece destaque o importante papel da Superintendência de Auditoria Interna junto aos órgãos de controle interno e externo. É feito acompanhamento diário de todos os processos de interesse da INFRAERO, junto ao Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa – Ciset/MD. A unidade de Auditoria Interna tem sido o elo entre o TCU, CGU e INFRAERO, cumprindo diligências, cobrando providências, acompanhando julgamentos e agora, em especial, a execução das obras inseridas no PAC do Governo Federal.

Durante o exercício de 2007 foi desenvolvido um amplo programa de treinamento do pessoal da Auditoria Interna da INFRAERO, tendo sido realizadas 6.208 horas de treinamento em cursos e eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2007 foi marcado por profundas mudanças no setor aéreo brasileiro. A gestão do setor e o modelo de administração aeroportuária foram alvo de duras críticas. Foi um ano em que os meios de comunicação atuaram de forma bastante hostil em relação à INFRAERO e a todo o setor de aviação. Não houve espaço para ação pró-ativa junto aos meios de comunicação, somente reativa, no sentido de responder aos questionamentos e defender a Empresa como instituição.

Com base no que foi verificado durante o período que a mídia denominou como “crise aérea”, sabe-se que ainda há melhorias a implementar mas que aquele período ficou no passado.

No entanto, ressalta-se que como agente indireto nesse processo e tendo pouca responsabilidade com as ocorrências negativas verificadas, a INFRAERO precisou repensar estratégias e prioridades, bem como adaptar os procedimentos operacionais às novas regulamentações dos órgãos normativos e de controle do setor.

Nesse contexto, a Direção da Empresa continuou encontrando na competência do corpo funcional da INFRAERO a força para administrar a Empresa com talento, mostrando à nação a sua importância e consolidando a responsabilidade desta instituição que trabalha com o firme propósito de dotar a rede aeroportuária brasileira de conforto e segurança.

Em 2008, a Empresa implementará ações concretas visando o resgate da vinculação de sua imagem à excelência operacional e continuará perseguindo a sustentabilidade de cada um dos negócios da Rede INFRAERO.

AGRADECIMENTOS

A Administração da INFRAERO agradece aos clientes, usuários, parceiros e comunidade pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores orgânicos e terceirizados, pela dedicação e esforço empreendidos ao longo do ano.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2007 E 2006 (PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA)

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$ mil)

ATIVO	Notas	DEZ/2007	DEZ/2006	VAR. %	PASSIVO	Notas	DEZ/2007	DEZ/2006	VAR. %
CIRCULANTE		1.249.340	681.774	83,2%	CIRCULANTE		571.983	524.188	9,1%
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	4	970.306	427.209	127,1%	Recursos de Terceiros		289.882	147.952	95,9%
Contas a Receber	5	623.494	580.242	7,5%	Vinculados a Investimentos	9	212.564	28.426	647,8%
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5	(415.977)	(376.797)	10,4%	Comando da Aeronáutica	10	69.534	79.139	-12,1%
Impostos a Recuperar	6a	24.396	10.249	138,0%	Tesouro Nacional	11	7.784	40.387	-80,7%
Almoxarifados		38.880	35.237	10,3%	Fornecedores de Bens e Serviços		128.794	211.042	-39,0%
Outras Contas		8.241	5.634	46,3%	Encargos Trabalhistas		78.600	97.963	-19,8%
					Tributos a Recolher	6b	64.166	53.856	19,1%
					Previdência Complementar - Infraprev	17	4.546	5.621	-19,1%
NÃO CIRCULANTE		328.773	328.480	0,1%	Participação dos Empregados nos Lucros	19	642	649	-1,1%
					Outras Obrigações		5.353	7.105	-24,7%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		107.877	111.801	-3,5%	NÃO CIRCULANTE		130.851	108.164	21,0%
Contas a Receber	5	185.733	673.349	-72,4%	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		130.851	108.164	21,0%
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5	(155.882)	(637.672)	-75,6%	Provisão p/Contingências Trabalhistas e Cíveis	12	124.581	100.498	24,0%
Depósitos Judiciais		67.586	58.157	16,2%	Recursos para Aumento de Capital	13	6.270	7.666	-18,2%
Aplicação em Notas do Tesouro		164	162	1,2%					
Créditos Tributários Diferidos	6a	10.276	17.805	-42,3%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		875.279	377.902	131,6%
					Capital Social	14a	1.276.404	965.909	32,1%
PERMANENTE		220.896	216.679	1,9%	Reservas de Capital	14b	263.162	503	52218,5%
Investimentos	8a	4.979	4.282	16,3%	Prejuízos Acumulados		(664.287)	(588.510)	12,9%
Imobilizado	8b	215.917	212.397	1,7%					
TOTAL DO ATIVO		1.578.113	1.010.254	56,2%	TOTAL DO PASSIVO		1.578.113	1.010.254	56,2%
ATIVO COMPENSADO		11.939.664	12.412.947	-3,8%	PASSIVO COMPENSADO		11.939.664	12.412.947	-3,8%
Bens da União	15a	9.597.618	9.529.419	0,7%	Bens da União	15a	9.597.618	9.529.419	0,7%
Garantias Caucionárias de Terceiros	15b	2.342.046	2.883.528	-18,8%	Garantias Caucionárias de Terceiros	15b	2.342.046	2.883.528	-18,8%
TOTAL DO ATIVO APÓS COMPENSADO		13.517.777	13.423.201	0,7%	TOTAL DO PASSIVO APÓS COMPENSADO		13.517.777	13.423.201	0,7%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

		(Em R\$ mil)		
	Notas	DEZ/2007	DEZ/2006	VAR. %
RECEITA BRUTA		2.257.373	2.036.883	10,8%
Pouso e Permanência		196.910	192.919	2,1%
Embarque		643.752	584.138	10,2%
Armazenagem e Capatazia		494.679	454.367	8,9%
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea		246.160	229.322	7,3%
Comerciais		613.876	520.821	17,9%
Outros Serviços		61.996	55.316	12,1%
DEDUÇÕES		112.014	103.129	8,6%
PASEP		19.929	18.390	8,4%
COFINS		92.085	84.739	8,7%
RECEITA LÍQUIDA		2.145.359	1.933.754	10,9%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		1.614.342	1.393.764	15,8%
LUCRO BRUTO		531.017	539.990	-1,7%
Margem Bruta		23,5%	26,5%	-11,3%
DESPESAS OPERACIONAIS		231.257	232.686	-0,6%
Planejamento e Orientação Técnico-operacional		37.708	35.837	5,2%
Comerciais		12.477	22.900	-45,5%
Administrativas		181.072	173.949	4,1%
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(22.050)	(111.216)	-80,2%
Receitas Financeiras		155.836	167.506	-7,0%
Despesas Financeiras		(20.840)	(12.695)	64,2%
Provisão p/ Prováveis Perdas e Contingências		(171.227)	(278.596)	-38,5%
Anulação de Receitas/Despesas de Exercícios Anteriores		(6.106)	(3.371)	81,1%
Receitas Eventuais		20.287	15.940	27,3%
LUCRO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO		277.710	196.088	41,6%
RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS		84	(827)	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6c	16.567	24.542	-32,5%
LUCRO LÍQUIDO (antes dos investimentos para União)		261.227	170.719	53,0%
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO	7	337.507	306.001	10,3%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(76.280)	(135.282)	-43,6%
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL - Em R\$		-14,76	-49,18	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL		RESERVA DE LUCRO	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		APORTE DE CAPITAL	INCENTIVOS FISCAIS	LEGAL		
Saldos em 31/12/2005	965.909	0	4.684	222	(458.134)	512.681
Compensação do Prejuízo - A.G.O. de 26/04/2006:						
- Reserva de Capital			(4.684)		4.684	-
- Reserva Legal				(222)	222	-
Reserva de Capital Incent. Fiscais-Imposto s/Rendas			503		(135.282)	503
Prejuízo do Exercício						(135.282)
Saldos em 31/12/2006	965.909	0	503	0	(588.510)	377.902
Compensação do Prejuízo - A.G.E. de 24/04/2007:						
- Reserva de Capital Incent. Fiscais-Imposto s/Rendas			(503)		503	-
Reserva de Capital :						-
- Incent. Fiscais-Imposto s/Rendas			592			592
- Recursos para Aumento de Capital		262.570				262.570
Capitalização A.G.E de 24/04/2007	7.955					7.955
Capitalização A.G.E de 03/10/2007	302.540					302.540
Prejuízo do Exercício					(76.280)	(76.280)
Saldos em 31/12/2007	1.276.404	262.570	592	0	(664.287)	875.279

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(Em R\$ mil)

	DEZ/2007	DEZ/2006	VAR. %
I - ORIGEM DE RECURSOS	995.745	297.912	234,2%
Das Operações	353.761	230.676	53,4%
Lucro Líquido (antes dos investimentos para União)	261.227	170.719	53,0%
Valores que não afetam o capital circulante			
Depreciação e Amortização	55.770	57.658	-3,3%
Valor Residual do Ativo Imobilizado Baixado	454	1.226	-63,0%
Juros e Variações Monetárias do Ativo Realizável a Longo Prazo	(64.676)	(75.461)	-14,3%
Provisão p/ Prováveis Perdas de Longo Prazo	100.394	76.031	32,0%
Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	592	503	17,7%
Dos Acionistas	571.670	1.001	57009,9%
Aporte de Capital - União	565.110	0	
Atualização conforme Decreto 2.673/98	6.560	1.001	555,3%
De Terceiros	70.314	66.235	6,2%
Transferências do Ativo Realizável a Longo Prazo para o Circulante	46.231	52.691	-12,3%
Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo	24.083	13.544	77,8%
II - APLICAÇÃO DE RECURSOS	475.974	388.479	22,5%
Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo	78.028	20.115	287,9%
Aplicações no Permanente	60.439	62.363	-3,1%
Recursos Próprios Aplicados em Bens da União	337.507	306.001	10,3%
III - AUMENTO(REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	519.771	(90.567)	-673,9%
IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE			
ATIVO CIRCULANTE	567.566	49.778	1040,2%
Início do Exercício	681.774	631.996	7,9%
Final do Exercício	1.249.340	681.774	83,2%
PASSIVO CIRCULANTE	47.795	140.345	-65,9%
Início do Exercício	524.188	383.843	36,6%
Final do Exercício	571.983	524.188	9,1%
V - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	519.771	(90.567)	-673,9%

Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública delegatária de serviço público federal, constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa.

No que se refere aos investimentos realizados com recursos próprios em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Desse modo, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Permanente, embora seja claro que os mesmos mantêm a capacidade de geração de resultados futuros. Além disso, inexistente termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede. Maiores detalhes estão sendo apresentados na Notas Explicativas n.º 7 e 22 deste relatório.

Os recursos provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero, criado pela Lei n.º 7.920, de 12 de dezembro de 1989, com destinação específica para investimentos, melhoramentos, reaparelhamentos, reformas e expansão das instalações aeroportuárias e na infra-estrutura de apoio à navegação aérea, não compõem o resultado da Empresa, sendo registrados no seu passivo, como obrigação para com a União. Do valor arrecadado, 58,5% é repassado para o Comando da Aeronáutica e 41,5% é investido pela própria Infraero. A baixa contábil desta obrigação é efetuada à medida que os dispêndios são realizados. Maiores detalhes estão sendo apresentados nas Notas Explicativas n.º 9 e 22 deste relatório.

Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em Contas de Compensação.

Ao encontro da necessidade de manter a infra-estrutura aeroportuária adequada ao crescimento da demanda, o destaque do ano foi a inclusão das obras de ampliação e modernização dos principais aeroportos do País no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o que está possibilitando a realização de importantes investimentos voltados ao aumento da capacidade instalada, à melhoria da segurança e da qualidade dos serviços prestados aos clientes e usuários dos serviços aeroportuários. Maiores detalhes estão sendo apresentados na Nota Explicativa n.º 7, 14 e 22 deste relatório.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976 e nas normas que tratam da contabilização de investimentos em favor da União, aplicáveis às empresas públicas.

Nota 3 – Principais Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

- a) O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

- b) Ativo e Passivo Circulante e de Longo Prazo.
Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos nº 179 e 180 da Lei nº 6.404/1976.

- c) Almojarifados
Os itens existentes nos almojarifados foram avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede os preços de mercado.

- d) Investimentos e Imobilizados
Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária, até 31/12/1995, ajustada por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, bem como de provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou rendimentos.

- e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
O Imposto de Renda sobre o Lucro Real e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido foram calculados, trimestralmente, pelas alíquotas vigentes, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999.

- f) Estimativa
Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da

Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

Nota 4 – Aplicações Financeiras

A Infraero, por ser Empresa Pública, realiza as aplicações de suas disponibilidades por intermédio do Banco do Brasil S.A., nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado e Exclusivo. Em 31/12/2007 e 31/12/2006, os saldos dessas operações eram, respectivamente, R\$ 923.302 mil e R\$ 409.948 mil.

Nota 5 – Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo do grupo Contas a Receber da Infraero apresentava a seguinte composição (com os esclarecimentos requeridos na Decisão nº 951/1999 – Plenário e no Acórdão nº. 3168/2006 - TCU - 2ª Câmara, do Tribunal de Contas da União – TCU):

(Em R\$ mil)			
Composição	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1) VINCENDAS	279.084	4.168	283.252
a) Faturamento Corrente - Diversos	171.269	469	171.738
b) Dívidas Securitizadas	12.950	-	12.950
Tam (debêntures emitidas)	3.493	-	3.493
Varig (debêntures emitidas) - Proc. Rec. Judicial	9.457	-	9.457
c) Acordos Administrativos - Diversos	41	3.700	3.741
d) Faturas pendentes de liquidação aguardando confirmação de crédito	94.823	-	94.823
VASP	92.852	-	92.852
TRANSBRASIL	1.971	-	1.971
2) VENCIDAS	344.410	181.564	525.974
a) Cobrança Administrativa	43.869	-	43.869
b) Cobrança suspensa por Liminar, já revogada -VARIG (extra-concurso)	73.522	-	73.522
c) Encaminhada à Procuradoria Jurídica	227.018	-	227.018
Varig - dívida securitizada (Proc. Rec. Judicial)	104.296	-	104.296
Vasp - dívida securitizada (Proc. Rec. Judicial)	122.722	-	122.722
d) Cobrança Judicial	-	181.564	181.564
Varig - ação monitória	-	88.932	88.932
Vasp - ação ordinária (tarifa de embarque)	-	10.885	10.885
Vasp - ação monitória (receitas comerciais)	-	20.735	20.735
Vasp - cheques devolvidos	-	333	333
Transbrasil	-	1.580	1.580
Laselva	-	16.189	16.189
Associação Aeroviários Guarulhos	-	5.476	5.476
Aeroperu	-	2.797	2.797
Diversos - Ações Ordinárias de Cobrança	-	34.637	34.637
Total	623.494	185.733	809.227

a) A dívida operacional do Grupo VARIG, apurada no período de setembro/2005 a agosto/2006, referente à cobrança das tarifas aeroportuárias e de navegação aérea, foi

suspensa em função de decisão proferida nos autos do Processo n.º 2001.51.01.020420-0, da 12ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, posteriormente, revogada (em 21/03/2006) pelo Tribunal Regional da 2ª Região nos autos do Processo n.º 2001.02.01.044416-6 – Agravo de Instrumento movido pela Infraero, retornando a exigibilidade do pagamento das tarifas aeroportuárias; encontrando-se as empresas VARIG, RIO SUL e NORDESTE, em processo de recuperação judicial, autos n.º 2005.001.072887-7, da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro - RJ, os valores acumulados neste período foram incluídos na proposta de pagamento formulada no Plano de Recuperação Judicial, aprovados naqueles autos pelos credores daquelas companhias, em 17.07.2006, nos termos do art. 45, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 11.101/2005, e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial.

A VARIG foi reincluída na medida de pagamento à vista, desde 31/07/2006, ficando as suas operações condicionadas ao pagamento antecipado das tarifas decorrentes da utilização da infra-estrutura aeroportuária e de navegação aérea.

- b) A dívida securitizada do Grupo VARIG se encontra habilitada no Processo de Recuperação Judicial (nº 2005.001.072887-7), perante o Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, na forma da legislação específica (Lei nº 11.101/2005). A VARIG não reconheceu, inicialmente, a garantia da INFRAERO como garantia real. A INFRAERO impugnou, o que ainda está em fase de análise pelo Juiz, já tendo havido manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público favoráveis à INFRAERO sobre este assunto. Em caso de falência, e sendo o crédito reconhecido como garantia real, tais valores, na ordem de preferência, possuem privilégio, conforme art. 83, da Lei de Recuperação Judicial. Não havendo a falência, o Plano de Recuperação Judicial aprovado nos autos da recuperação judicial prevê a forma de pagamento dos referidos valores já os equiparando aos valores de outros credores com garantia real.
- c) As Ações Ordinárias de Cobrança movidas em 2005 pela Infraero contra a Viação Aérea Rio Grandense S/A, processo nº 2005.71.00.001164-4, Nordeste Linhas Aéreas Regionais, processo nº 2005.33.00.000069-0 e Rio Sul Serviços Aéreos Regionais, processo nº 2005.51.01.000286-4, manterão seu andamento normal nas Varas da Justiça Federal de origem, tendo sido solicitado ofício a esses juízes, que deverão ser encaminhados ao Juízo da Recuperação Judicial, visando efetuar a reserva dos valores discutidos nas referidas ações, até o seu término, visando resguardar o direito a recebimento por parte da Infraero em caso de vitória naquelas ações judiciais, nos termos do Plano de Recuperação Judicial já aprovado.
- d) A dívida securitizada da Viação Aérea São Paulo S/A – VASP encontra-se habilitada no Processo de Recuperação Judicial nº 000.05.070715-9, em trâmite na 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial do Foro Central Cível da Capital do Estado de São Paulo.
- e) A Ação de Execução movida em 21/07/1998 pela Infraero contra a Viação Aérea São Paulo S/A – VASP, processo n.º 98.30423-1, que tramita perante o Juízo da 13ª Vara Federal de São Paulo, encontra-se suspensa, em função do pedido de recuperação judicial, autos nº 000.05.070715-9, em trâmite na 1ª Vara de Falência e Recuperação

Judicial do Foro Central Cível da Capital do Estado de São Paulo, tendo a Infraero habilitado seus créditos nos termos da legislação específica.

- f) A Ação Monitória de Cobrança movida em 18/09/1998 pela Infraero contra a Viação Aérea São Paulo S/A – VASP, processo n.º 98.039643-8, foi julgada procedente no exercício de 2001 pelo Juízo da 13ª Vara Federal de São Paulo, encontrando-se o processo aguardando julgamento de Apelação Cível interposta pela VASP junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (processo n.º 2001.03.99.039784-3), tendo também a Infraero habilitados seus créditos nos autos da recuperação judicial proposta pela VASP.
- g) A Ação Ordinária de Cobrança movida em 09/12/2004 contra a Viação Aérea São Paulo S/A – VASP, que tramita perante a Justiça Federal de São Paulo (processo n.º 2004.61.00.034191-0), visando ao recebimento de valores de tarifas de embarque recebidos dos passageiros e não repassados a Infraero, encontra-se em fase de instrução, cujos créditos de igual modo foram habilitados no referido processo de recuperação judicial da VASP.
- h) Todos os valores devidos pela Viação Aérea São Paulo S/A – VASP, incluindo os valores constantes das ações judiciais acima descritos nas alíneas “d” à “g”, foram pactuados em face do Plano de Recuperação Judicial daquela empresa, nos autos da Ação de Recuperação Judicial nº 000.05.070715-9, em trâmite na 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial do Foro Central Cível da Capital do Estado de São Paulo, nos seguintes termos:
- Visando solucionar a divergência dos valores apresentados na Recuperação Judicial, onde a VASP se compromete a pagar, pela totalidade da dívida, o valor de R\$ 340.876 mil, sendo:
 - i. Nos primeiros cinco anos, o pagamento de R\$ 2.500 mil em parcelas iguais mensais, a partir da retomada da operação de transporte de passageiros pela VASP.
 - ii. O saldo restante será pago em 10 (dez) anos, após os cinco anos acima citados;
 - iii. Incidindo juros de 2,5 % ao ano e correção monetária pelo INPC-FGV.
- i) A Infraero promove perante o poder judiciário ações contra a Transbrasil Linhas Aéreas S/A. com vistas ao recebimento de seus créditos decorrentes de contratos de concessão de uso de área e retomada das áreas ocupadas nos aeroportos. Existem ações na esfera de primeira instância da Justiça Federal do Distrito Federal (processos n.ºs 2002.34.00.006935-3, 2002.34.00.011007-0 e 2002.34.00.013223-7) e outras no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (processos n.ºs 2002.01.00.010120-1, 2002.01.00.012672-3 e 2002.01.00.027215-4), em face de Agravos de Instrumentos interpostos por ambas às partes que discutem decisões diversas no âmbito da retomada de áreas. No exercício de 2005, a Infraero logrou êxito na retomada das áreas ocupadas pela TRANSBRASIL, respaldada em decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Referidas ações encontram-se em fase de instrução processual quanto à

discussão dos créditos. No que se refere à cobrança de débitos de tarifas aeroportuárias, existem ações judiciais em curso na Justiça Federal do Distrito Federal (processo n.º 2002.34.00.022948-1) e na Justiça Federal de São Paulo (processos n.ºs 2002.61.00.009675-0 e 2002.61.00.00977-3), as quais têm tido seu curso normal, objetivando o recebimento dos créditos da Empresa.

- j) Registre-se a existência de outras ações judiciais que versam sobre a cobrança de débitos pela utilização de áreas cedidas e de tarifas aeroportuárias e de navegação aérea, devidas por concessionários e companhias aéreas, cujos processos se encontram em curso perante o Poder Judiciário, havendo algumas ações sem decisão judicial e outras com decisão de mérito em primeira instância favorável a Infraero, em grau de recurso. Consta valor a receber no montante de R\$ 12.208 mil, relativo a pagamentos correspondentes à obra contratada pelo TC n.º 102-EG/98/0010, no Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza, nos exercícios de 2001 e 2002. O valor apurado pela Comissão de Sindicância em seu Relatório Conclusivo vem sendo atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas movida pela Infraero, em curso na 20ª Vara Federal do Distrito Federal (processo n.º 2003.34.00.043421-4), encontra-se em fase de processamento de perícia técnica de engenharia e contábil determinada pelo Juízo da causa. A Tomada de Contas Especial instaurada no Tribunal de Contas da União encontra-se em trâmite naquela corte de contas (processo n.º 015.546/2004-6).
- k) De acordo com o previsto no § 4º do art. 10 da Lei n.º. 9.430/96, poderão ser baixado do contas a receber os créditos vencidos a mais de cinco anos e não liquidados pelo devedor, desde que os referidos créditos estejam provisionados, conforme procedimentos definidos no art. 9º da referida Lei. Desta forma, a Empresa realizou a baixa de R\$ 577.019 mil relativo a dívidas provisionadas e vencidas há mais de cinco anos, conforme detalhamento do quadro abaixo:

(Em R\$ mil)	
Clientes	R\$
VASP	382.149
TRANSBRASIL	99.360
MASTER	26.872
TABA	15.121
AIR VIAS	12.064
LASELVA	5.537
DEMAIS	35.916
Total	577.019

- l) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
A provisão de R\$ 571.859 mil, curto e longo prazo, foi constituída para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. A

provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais (Lei n.º 9.430/1996) e a conjuntura econômica. Constatam do montante provisionado os seguintes valores:

- R\$ 248.841 mil da VASP, cujo objetivo é cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, em razão de a Empresa encontrar-se inoperante desde 12/02/2005;

- R\$ 274.043 mil da VARIG, cujo objetivo é cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e não pagos até o dia 31/12/2006, conforme itens “a” e “b” desta Nota estes créditos foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial da empresa;

- R\$ 7.877 mil da Transbrasil, cujo objetivo é cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, tendo em vista que a empresa se encontra inoperante desde 03/12/2001.

Nota 6 – Impostos e Contribuições

a) Impostos a Recuperar e Créditos Tributários Diferidos

A conta de imposto a recuperar, no montante de R\$ 34.672 mil, compreende créditos tributários de curto e longo prazo, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, diferimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL, entre outros, sendo constituída da seguinte forma:

	(Em R\$ mil)	
Impostos/Contribuições a Recuperar	2007	2006
Curto prazo		
1. COFINS – Contribuição para Seguridade Social	311	0
2. IPMF – Imposto sobre Movimentação Financeira	439	439
3. PASEP – Progr. de Integ. Social e de Formação do Patr. do Servidor Público	67	0
4. IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	456	0
5. CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	417	0
6. Imposto de Renda – Lei 9.430/96	7.939	6.642
7. Prejuízo Fiscal do IRPJ	2.586	793
8. Base Negativa da CSLL	933	290
9. INSS	91	39
10. IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte s/Securitização	3.302	2.026
11. Saldo Negativo do IRPJ	7.855	20
Total Curto Prazo	24.396	10.249
Longo Prazo		
12. Prejuízo Fiscal do IRPJ	7.541	13.080
13. Base Negativa da CSLL	2.735	4.725
Total Longo Prazo	10.276	17.805
Total Impostos/Contribuições a Recuperar	34.672	28.054

O montante do ativo fiscal, R\$ 13.795 mil, é constituído dos itens: 7. Prejuízo Fiscal do IRPJ, no valor de R\$ 2.586 mil; 8. Base Negativa da CSLL, no valor de R\$ 933 mil; 12. Prejuízo Fiscal do IRPJ, no valor de 7.541 mil e 13. Base Negativa da CSLL, no valor de R\$ 2.735 mil, decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social diferidos. Sua constituição está fundamentada em histórico de rentabilidade e em projeções de lucro tributável para os próximos dez anos.

b) Tributos a Recolher

	(Em R\$ mil)	
Tributos Fiscais a Recolher	2007	2006
FGTS	5.662	4.900
INSS sobre Folha	15.638	12.537
IRRF	10.498	4.718
ISS	2.719	4.359
PASEP	1.447	833
CSLL	661	1.001
COFINS	8.272	7.464
ICMS	60	121
INSS Retido	3.679	1.993
Impostos e Contrib. Federais Retidos - Lei 9.430/96	10.223	14.986
Total	58.859	52.912

c) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

(Em R\$ mil)

Base de Cálculo da Contribuição Social	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	TOTAL
Resultado Contábil antes dos Invest. em OBU	114.202	78.821	75.206	9.565	277.794
Obras em Bens da União - OBU	93.215	114.527	77.476	52.289	337.507
Resultado Contábil antes do IRPJ E CSLL	20.987	(35.706)	(2.270)	(42.724)	(59.713)
(+) Adições:	15.701	10.326	9.875	147.865	183.767
(-) Exclusões:	1.927	1.640	3.044	94.647	101.258
Base de Cálculo da Contribuição Social	34.761	(27.020)	4.562	10.494	22.797
(-) Compensação de Base Cálculo Negativa (30%)	10.428	0	1.369	3.148	14.945
Base de Cálculo Após Compensação da Base Negativa	24.333	(27.020)	3.193	7.346	7.852
Contribuição Social Devida (9%)	2.190	0	287	661	3.138
Base de Cálculo do Imposto de Renda	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	TOTAL
Resultado Contábil depois da Contribuição Social	18.797	(35.706)	(2.557)	(43.385)	(62.851)
(+) Adições:	17.947	10.391	10.218	148.586	187.142
(-) Exclusões:	1.927	1.640	3.044	94.647	101.258
Resultado Fiscal do Trimestre	34.817	(26.955)	4.617	10.554	23.033
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal (30% S/ Lucro)	10.445	0	1.385	3.166	14.996
Base de Cálculo IRPJ após Compens. Prejuízo Fiscal	24.372	(26.955)	3.232	7.388	8.037
IRPJ Devido (15%)	3.656	0	485	1.108	5.249
(-) Deduções: PAT e Incentivos Fiscais	329	0	19	44	392
IRPJ a Recolher	3.327	0	465	1.064	4.856
Parcela Isenta do Adicional de Imposto de Renda	60	0	60	60	180
Adicional do Imposto de Renda (10%)	2.431	0	317	733	3.481
Imposto de Renda Devido	5.758	0	783	1.796	8.337
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.548	0	469	1.074	5.091
Imposto de Renda e Contribuição Social Devidos	7.948	0	1.070	2.458	11.475
Despesa com IRPJ/CSLL	11.496	0	1.539	3.532	16.567

Nota 7 – Recursos Próprios Aplicados em Bens da União

Os investimentos realizados com recursos próprios em bens da União são considerados, para efeitos fiscais e societários, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986). No exercício de 2007, foram aplicados R\$ 337.507 mil, dos quais R\$ 241.729 mil de recursos oriundos das operações da Empresa e R\$ 95.778 mil provenientes de recursos de aporte de capital realizado em 2007, conforme Nota Explicativa nº. 14b, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Lucro Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Lucro Líquido do Exercício, evidenciando-se uma linha com o Lucro Líquido (antes dos investimentos para a União).

Nota 8 – Ativo Permanente

a) Investimentos

Os investimentos no montante de R\$ 4.979 mil são compostos pelo valor de aquisição, deduzido da Provisão para Perdas na Realização dos Investimentos, constituída em 2005, no valor de R\$ 21.227 mil.

(Em R\$ mil)

Grupos	2007	2006
Ações e Incentivos Fiscais	23.485	22.892
Obras de Arte	1.137	1.033
Empréstimos Compulsórios	1.187	1.187
Participações em Empresas/Fundos	397	397
Total dos Investimentos	26.206	25.509
(-) Provisão para Perdas	(21.227)	(21.227)
Valor Líquido dos Investimentos	4.979	4.282

b) Imobilizado

Os bens que compõem o Ativo Imobilizado foram registrados com base no valor de aquisição, deduzido de depreciação, de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente. Os saldos das contas do Imobilizado em 31 de dezembro de 2007 e 2006, apresentavam a seguinte composição:

(Em R\$ mil)

Contas	Taxa de Depreciação	2007	2006
Terrenos		14.956	14.956
Edificações e Instalações	4% a.a.	19.002	16.428
Computadores e Periféricos	20% a.a.	132.375	114.257
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	10% a.a.	121.445	111.221
Veículos	20% a.a.	139.402	139.152
Móveis e Utensílios	10% a.a.	66.035	60.592
Adiantamento a Fornecedores	-	23.124	18.849
Programas de Computadores	20% a.a.	62.756	61.006
Outras Imobilizações	0% a 20% a.a.	16.935	4.663
Custo		596.030	541.124
Depreciações Acumuladas		(380.113)	(328.727)
Valor Líquido		215.917	212.397

Conforme enfatizado na Nota Explicativa n.º 7, os investimentos realizados em bens da União são registrados como despesa operacional e não integram o Ativo Imobilizado da Infraero.

Nota 9 – Recursos de Terceiros Vinculados a Investimentos

Os recursos de terceiros vinculados a investimentos no montante de R\$ 212.564 mil estavam assim constituídos:

- a) R\$ 175.736 mil, relativos ao Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero, criado pela Lei n.º 7.920, de 12 de dezembro de 1.989, alterada pela Lei n.º 8.399, de 07 de janeiro de 1992, incidente sobre as tarifas aeroportuárias referidas no art. 3º da Lei n.º 6.009, de 26 de dezembro de 1973, com destinação específica para aplicação em melhoramentos, reaparelhamento, reforma, expansão e depreciação de instalações aeroportuárias e da rede de telecomunicações e auxílio à navegação aérea. Do montante total de Ataero arrecadado são destinados a Infraero a parcela de 41,5%. Visando o adequado controle e acompanhamento, esses recursos são registrados no Passivo Circulante, em contas específicas, sendo que os ingressos representam créditos e os pagamentos representam débitos, registrados em contas redutoras, conforme Parecer CST/SIPR n.º 1.561/1990 da Secretaria da Receita Federal. A parte da Infraero relativa à arrecadação de Ataero em 2007 foi de R\$ 284.936 mil. Os investimentos realizados com esses recursos estão demonstrados na Nota Explicativa n.º. 22;
- b) R\$ 36.828 mil, relativos a convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos. O total de ingressos em 2007 foi de R\$ 58.761 mil.

O quadro abaixo demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios do Ataero e dos convênios no período:

(Em R\$ mil)

Recursos Vinculados	2006	Ingressos		Dispêndios		2007
		Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos	Tributos/Desp Financeira	
Adicional de Tarifa - Ataero	9.134	284.935	11.938	127.109	3.163	175.735
Ministério do Turismo	14.495	50.000	4.083	40.597	-	27.981
Ministério da Defesa	-	8.300	453	5.080	-	3.673
Prodetur - Salvador	3.323	-	382	563	-	3.142
Governo do Estado da Bahia	1.064	-	123	25	-	1.162
Demais Recursos	410	461	-	-	-	871
Total	28.426	343.696	16.979	173.374	3.163	212.564

Nota 10 – Recursos de Terceiros - Comando da Aeronáutica

Os recursos de terceiros – Comando da Aeronáutica, no montante de R\$ 69.534 mil, referem-se aos recursos provenientes:

- a) de 59% da arrecadação decorrente das tarifas de uso das comunicações e dos auxílios a navegação aérea em rota e 100% do Ataero incidente sobre essas tarifas;
- b) de 58,5% dos recursos do Ataero incidente sobre as tarifas aeroportuárias referidas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, sendo, 20% destinados ao Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, criado pela Lei n.º 8.399, de 07 de janeiro de 1.992, para aplicação nos Estados, em aeroportos e aeródromos de interesse regional ou estadual, bem como na consecução de seus planos aeroviários e 38,5% destinados a investimentos, melhoramentos, reaparelhamentos, reformas e expansão das instalações aeroportuárias realizados diretamente pelo Comando da Aeronáutica.
- c) da arrecadação dos aeroportos administrados pelos Municípios e de parte da taxa de administração do SUCOTAP.

Foram arrecadados no período R\$ 1.036.943 mil e repassados R\$ 1.046.548 mil.

Nota 11 – Recursos de Terceiros – Tesouro Nacional

Os recursos de terceiros – Tesouro Nacional no montante de R\$ 7.784 mil refere-se ao adicional cobrado nas operações de embarque internacional, conforme na Lei nº 9.825, de 23/08/1999. Foram arrecadados no período R\$ 209.226 mil e repassados R\$ 241.629 mil.

Nota 12 - Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão de R\$ 124.581 mil foi constituída face à prováveis perdas em processos trabalhistas e cíveis, representados pelas ações julgadas e em execução: ações em execução procedente, ações em execução; ações julgadas procedentes, com recursos e ações julgadas parcialmente procedentes, com recurso, bem como para fazer face à provável perda na discussão do processo nº. 2005.34.00.030294-6 com o INSS, na ação Anulatória de Lançamento Tributário, que aguarda prolação de sentença. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

(Em R\$ mil)		
Ações	2007	2006
Trabalhistas	51.846	67.080
Previdenciária	23.350	22.488
Cíveis	49.385	10.930
Total	124.581	100.498

A Empresa não realizou provisões relativamente às ações judiciais que a decisão foi improcedente, bem como aquelas ainda sem decisão de mérito, com destaque para as seguintes:

a) Ações Trabalhistas

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos Aeroportos. Tratam-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários - SINA, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria ainda objeto de apreciação pelo Tribunal Superior do Trabalho, no valor estimado de R\$ 2.055 mil;
- Pedidos de condenação da INFRAERO sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Tratam-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados (terceirizados) de empresas contratadas, cujas decisões, em sua maioria tem sido de que a INFRAERO deve figurar no pólo passivo da ação como responsável subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas, com aplicação da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, no valor estimado de R\$ 33.407 mil.

b) Ações Cíveis

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da INFRAERO, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laboral; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias, no valor estimado de R\$ 58.500 mil.

Nota 13 – Recursos para Aumento de Capital

O montante de R\$ 6.270 mil refere-se à atualização monetária dos recursos recebidos da União, em 2007, a título de aporte de capital, e conforme definido pela Assembléia Geral Extraordinária de 03/10/2007, sendo aplicada à taxa do Sistema de Liquidação de Custódia de Títulos Públicos – SELIC, desde o dia da liberação dos recursos, até a data da capitalização, conforme art. 2º do Decreto nº 2.673, de 16 de junho de 1998.

Nota 14 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 1.276.404 mil, totalmente subscrito e integralizado, constituído de 5.168.863 Ações Ordinárias Nominativas, sendo 96,2% de propriedade da União e 3,8% de propriedade do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, distribuídos da seguinte forma:

	Quantidade de Ações	Capital em R\$ mil
UNIÃO	4.971.513	1.227.901
FND	197.350	48.503

b) Reserva de Capital

O Governo Federal editou as Medidas Provisórias nº. 367, de 30/04/2007, e 381, de 05/07/2008, convertidas em lei, destinando R\$ 350.000 mil e R\$ 222.000 mil, respectivamente, para aumento do capital social da Empresa. Esses aportes de capital foram autorizados pelo Exmo. Presidente da República por meio dos Decretos sem número de 03/08/2007 e 04/10/2007, respectivamente. Do montante total de R\$ 572.000 mil, foram aprovados e liberados R\$ 565.110 mil, dos quais R\$ 302.540 mil foram integralizados em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3/10/2007. O saldo remanescente de R\$ 262.570 mil deverá ser integralizado no próximo exercício.

Os recursos recebidos foram atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16 de junho de 1998, e se encontram registrados no Passivo Exigível – Longo Prazo.

Nota 15 – Ativo e Passivo Compensado

O Ativo e Passivo Compensado são representados pelos seguintes grupos:

- a) Bens da União, sob a responsabilidade da Empresa, foram registrados com base no valor de aquisição, deduzido de depreciação, de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente. Os saldos, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, apresentavam a seguinte composição:

(Em R\$ mil)

Contas	Taxa de Depreciação	2006	Adições/ Exclusões	Baixas	2007
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	11.447.246	492.191	(371)	11.939.066
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	636.063	(88.224)	(4.997)	542.842
Outras Compensações-Estoques	-	3.398	211	(377)	3.232
Custo		12.086.707	404.178	(5.745)	12.485.140
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(2.557.288)	(330.234)		(2.887.522)
Valor Líquido		9.529.419	73.944	(5.745)	9.597.618

Garantias caucionárias de terceiros, no valor de R\$ 2.342.046 mil, sendo R\$ 1.795.969 referente a caução licitações/contratos de obras e serviços de engenharia e R\$ 546.077 mil referente às demais licitações/contratos, referem-se a garantias oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É permitido as empresas efetuarem a caução por uma das seguintes modalidades de garantia: dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária e seguro garantia.

Nota 16 – Remuneração da Administração e dos Empregados

Consoante a determinação contida no item 04, letra C da Exposição de Motivos nº 139/MF, de 17/03/88, a maior, a menor e a remuneração média dos administradores e empregados da Empresa no mês de dezembro de 2006, estão discriminadas a seguir:

a) Administradores

	2007	2006
Maior	19.781,06	18.661,95
Menor	19.781,06	18.661,95
Média	19.781,06	18.661,95

b) Empregados

	2007	2006
Maior	16.484,72	15.551,63
Menor	998,09	920,59
Média	3.217,54	2.962,60

Nota 17 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A Infraero é a patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Em atenção a Resolução Nº. 16 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar a nomenclatura do plano de previdência foi alterado de Plano de Contribuição Definida – Plano CD para Plano de Contribuição Voluntária – Plano CV. Esta alteração foi determinada para adaptar o nome do plano às características do regulamento, todos os direitos e garantias dos participantes do plano foram mantidos.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O INFRAPREV possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), que é o que detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

O número de participantes do INFRAPREV em 31/12/2007 era de 11.599, sendo 9.377 Ativos; 1.642 Assistidos e 580 Pensionistas.

Conforme relatório da empresa de atuaria independente, o fundo, em 31/12/2007, encontrava-se economicamente equilibrado, com patrimônio de R\$ 1.166.483 mil, distribuído da seguinte forma:

- a) Plano I de Benefício Definido – patrimônio avaliado em R\$ 48.503 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 237 mil, a ser amortizado em 30 anos, de 01/09/1982 até 31/08/2012, à razão de 2,022% do montante dos salários de contribuição;
- b) Plano II de Benefício Definido – patrimônio avaliado em R\$ 7.890 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 105 mil, a ser amortizado em 20 anos, de 01/05/1998 até 30/04/2018, à razão de 3,55% para a patrocinadora e 2,53% para os participantes, do montante dos salários de contribuição;
- c) Plano de Contribuição Variável – patrimônio avaliado em R\$ 1.110.090 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 136.084 mil, a ser amortizado em 20 anos, de 01/12/2000 até 30/11/2020, à razão de 3,98% do montante dos salários de contribuição.

A composição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos dos Planos do INFRAPREV na posição de 31/12/2007 se apresentavam da seguinte forma:

	R\$ Mil			
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Soma
EXIGÍVEL ATUARIAL	43.446	6.683	980.904	1.031.033
PROVISÕES MATEMÁTICAS	43.446	6.683	980.904	1.031.033
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	15.811	5.272	389.031	410.114
Benefícios do Plano	15.811	5.272	389.031	410.114
BENEFÍCIOS A CONCEDER	27.872	1.516	727.957	757.345
Benefícios do Plano com a Geração Atual	31.994	1.774	759.703	793.471
- Contribuição Definida	-	-	578.106	578.106
- Benefício Definido	31.994	1.774	181.597	215.365
Outras Contribuições da Geração Atual (--)	(4.122)	(258)	(31.746)	(36.126)
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (--)	(237)	(105)	(136.084)	(136.426)
- Serviço Passado (--)	(237)	(105)	(136.084)	(136.426)
- Déficit Equacionado (--)	-	-	-	-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-	-	-	-
RESERVAS E FUNDOS	5.057	1.208	129.185	135.450
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(149)	-	-	(149)
RESULTADOS REALIZADOS	(149)	-	-	(149)
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-	-	-
- Reserva de Contingência	-	-	-	-
- Reserva para Revisão do Plano	-	-	-	-
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (--)	(149)	-	-	(149)
FUNDOS	5.206	1.208	129.185	135.599
PROGRAMA PREVIDENCIAL	-	315	92.717	93.032
PROGRAMA ASSISTENCIAL	-	-	-	-
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	4.844	827	33.997	39.668
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	362	66	2.471	2.899

As alterações ocorridas nos valores das Provisões Matemáticas dos planos previdenciários decorrem dos seguintes fatores: alteração das premissas de mortalidade geral (da tábua de mortalidade geral GAM-83 para AT-83) e de crescimento salarial futuro, tornando o conjunto de premissas atuariais mais conservador; concessão de reajuste salarial elevado em 2007, acima do previsto atuarialmente; e concessão de reajuste de benefício no plano BD I, vinculado aos índices concedidos pela Patrocinadora aos seus empregados, durante o exercício de 2007.

A Infraero contribui mensalmente para a conta de aposentadoria do participante, dentro dos limites fixados. O montante de contribuição ao INFRAPREV, no exercício de 2007, totalizou R\$ 47.627 mil.

Nota 18 – Tarifas Aeronáuticas

O desempenho econômico verificado em 2007 foi preponderante na ampliação da demanda pelos serviços aeroportuários, com continuidade do crescimento verificado nos últimos anos. Destaca-se a variação de 6,4% no movimento de aeronaves, com 2.041,7 mil operações, de

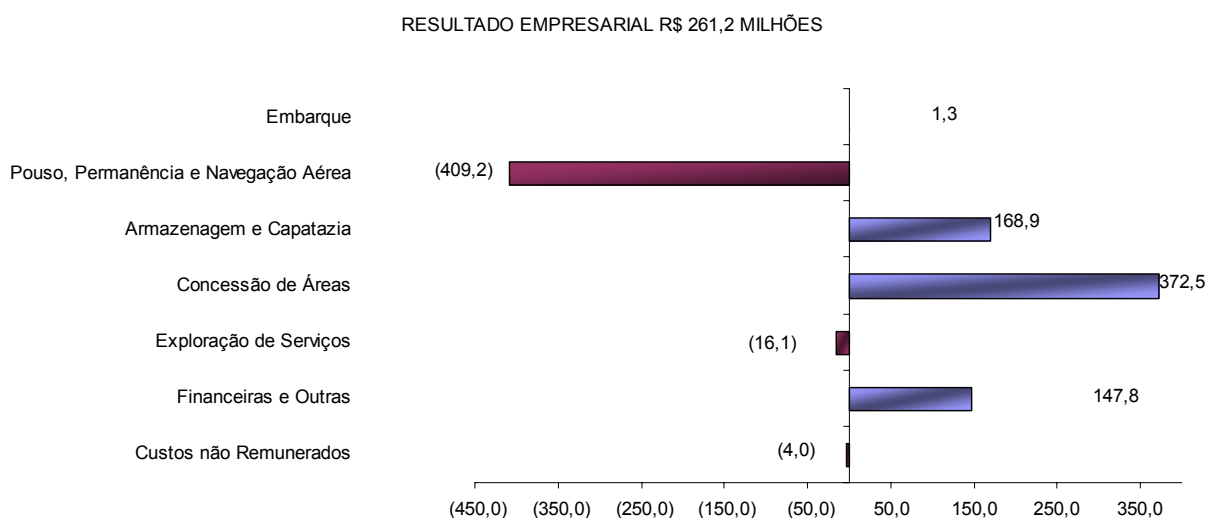
pouso e decolagem, o melhor desempenho em dez anos. As operações domésticas cresceram 5,7%, chegando a 1.883,8 mil, enquanto que as internacionais apresentaram variação de 15,5%.

Do lado do movimento de passageiros, o crescimento foi de 8,2%, com 110.604,3 mil, de embarque e desembarque, com destaque para as operações domésticas que chegaram a 97.986,5 mil, variação de 8,9% em relação a 2006.

As operações com carga aérea avançaram 17,6 %, chegando a 689,1 mil toneladas, sendo 405,3 mil toneladas relativas à importação, com variação de 23,9% e 283,8 mil toneladas relativas à exportação, com crescimento de 9,5%.

O resultado foi influenciado pela desvalorização cambial verificada no exercício, com o dólar americano médio encerrando o ano em R\$ 1,95, tendo em vista que 40% das receitas da Empresa estão referenciadas na moeda americana.

Em 2007, a Receita Bruta da Empresa apresentou crescimento de 10,8%, em relação aos valores de 2006, com destaque para as receitas de embarque, armazenagem e capatazia, comunicação e auxílio à navegação aérea, comerciais e outros serviços, em função do crescimento do movimento operacional e no aumento nos contratos de concessão de áreas. O quadro a seguir demonstra que no conjunto de suas atividades o resultado gerado antes dos investimentos para a União foi da ordem de R\$ 261.227 mil, sendo que no exercício não houve reajuste de tarifas.



Nota 19 – Participação nos Lucros

Em decorrência do prejuízo apurado no exercício não foi registrado a provisão para pagamento de Dividendos e, conseqüentemente, da Participação dos Empregados nos Lucros. Registra-se, ainda, a existência de ação judicial movida pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – SINA, objetivando o pagamento, por parte da Infraero, de diferença de participação nos lucros equivalente a 25% da parcela adicional de dividendos no montante de R\$ 22.955 mil, paga ao

Tesouro Nacional em 27/12/2004, relativa ao lucro apurado no exercício de 2003. A ação trabalhista movida pelo Sindicato foi julgada procedente pela 13ª Vara do Trabalho de Brasília – DF. Em 2005, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, embora tenha conhecido o recurso ordinário interposto pela Infraero, não deu provimento ao mesmo, confirmando a decisão de primeira instância trabalhista. O processo encontra-se aguardando julgamento de recurso de revista interposto pela Empresa perante o Tribunal Superior do Trabalho. Considerando que o recurso na esfera trabalhista não tem efeito suspensivo o Sindicato reclamante, no exercício de 2006, propôs a execução provisória do julgado estando o processo sendo processado pela instância de origem. O valor correspondente compõe a Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, conforme Nota Explicativa nº. 12.

Nota 20 – Cobertura de Seguros

A Empresa mantém apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre seus bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios foram realizados conforme prevê as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005.

O seguro de Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC) foi pago em 2 parcelas dez/2007 e jan/2008. O montante do prêmio para 12 meses, é de US\$ 2,545 mil, correspondente a R\$ 4.492 mil, com base na taxa de câmbio 1,7647, constante do Termo de Contrato Nº 070-SS/2007/0001. O valor alocado refere-se a primeira parcela, cuja taxa de câmbio foi de 1,8090, data do pagamento. Os sinistros da Apólice de RC, geralmente são avisados em um exercício e indenizados posteriormente, em função de vários fatores, dentre eles, processos judiciais;

O seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) com cobertura para Danos Pessoais (DP) e para Danos Materiais (DM) engloba uma frota de 1010 veículos.

O seguro de Acidentes Pessoais e Coletivos dispõe de cobertura para Morte por Acidente (MA) e Invalidez Permanente Total (IPT), e se destina aos bombeiros conveniados, conforme prevê os termos de convênios firmados com as corporações de bombeiros militares municipais estaduais e do Distrito Federal.

Demonstramos a seguir as coberturas por ramo de seguro, seguradora, valores segurados, valores dos prêmios e sinistros pagos no exercício 2007.

Foram considerados, para fins de demonstração, os valores das apólices vigentes em dez/2007, devido algumas apólices ter início de vigência em um ano e término em outro.

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF	Vigência	Pagamento de Sinistros
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	Bradesco Auto/Re Cia de Seguros	US\$500,000,000.00	Parcela 01/02: US\$1,272,900.00	04/12/2008	R\$240.280,63
			R\$2.302.676,10		
Riscos Operacionais (RO)	Unibanco AIG	R\$8.038.781.805,32	R\$5.180.000,00	04/06/2008	Não houve
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V)	Unibanco AIG	DP - R\$30.000,00	R\$69.000,00	05/04/2008	R\$39.618,51
		DM - R\$25.000,00			
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros)	Mapfre Seguros	R\$30.000,00	R\$15.956,16	26/06/2008	Não houve
Transporte Internacional	Unibanco AIG	R\$2.883.720,44	R\$7.835,70	02/10/2008	Não houve
Transporte Nacional		R\$21.699.576,09	R\$18.850,09		Não houve

Nota 21 – Tributos Municipais

A INFRAERO não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar em nome da União um serviço público federal; também não recolhe o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. A tese da imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores renomados, consoante consultas realizadas pela INFRAERO, e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância de diversos estados brasileiros.

Os Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões, em julgamentos de mérito, também reconheceram a tese da imunidade intergovernamental recíproca prevista na alínea “a”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal. Na esfera de Tribunais Superiores, a maioria das decisões foram favoráveis à tese da INFRAERO, valendo registrar que se encontram em curso 8 (oito) recursos extraordinários aguardando julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, tendo sido já decididos 2 (dois) recursos favoravelmente a Empresa, bem como deferida tutela antecipada em Ação Originária de Declaração de Inexistência de Relação Jurídica Tributária.

Sendo a discussão da imunidade tributária da INFRAERO um tema que somente se esgotará na esfera do Supremo Tribunal Federal, a Diretoria Executiva, com base em informações fornecidas pela Procuradoria Jurídica, decidiu por não realizar provisionamento de possíveis perdas nas ações fiscais, uma vez que o tema envolve matéria constitucional sem previsão breve de solução.

O valor atualizado dos executivos fiscais em curso no judiciário está em torno de R\$ 1.536.561 mil.

Nota 22 – Investimentos realizados

Foram investidos em 2007 R\$ 570.604 mil com recursos próprios, do aporte de capital, Ataero e convênios. Estes investimentos visam garantir a operacionalidade e a segurança compatível com as normas em vigor e as necessidades do País, os investimentos foram direcionados aos aeroportos com capacidade de tráfego, carga e passageiros saturados e aos de interesse estratégico do Governo Federal.

Os investimentos em obras e serviços de engenharia atingiram o montante de R\$ 485.391 mil, sendo R\$ 241.729 mil com recursos próprios, R\$ 95.778 mil com recursos do aporte de capital, R\$ 101.619 mil com recursos Ataero e R\$ 46.265 mil com recursos de convênio. Em equipamentos, móveis e utensílios foram aplicados R\$ 85.213 mil, sendo R\$ 59.723 mil com recursos próprios e R\$ 25.490 mil com recursos Ataero.

O quadro abaixo destaca os principais investimentos realizados em 2007:

a) Investimentos em obras e serviços de engenharia:

DESCRIÇÃO	2007			
	APORTE	OBU	ATAERO	TOTAL
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	95.778	166.985	38.490	301.253
AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTOS DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO INTERNO	5.987	21.225	2.458	29.670
AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS	3.015	7.676	666	11.357
AEROPORTO SANTOS DUMONT - REFORMA E AMPLIAÇÃO TERMINAL DE PASSAGEIROS, PISTAS E PÁTIOS	3.094	57.377	908	61.379
AEROPORTO INTERNACIONAL DE NATAL - SÃO GONÇALO DO AMARANTE - EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXÍLIO E PROTEÇÃO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO	9.995	3.665	16.200	29.861
AEROPORTO INTERNACIONAL DE FORTALEZA - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CARGAS, VIAS DE ACESSO, REFORÇO DO PÁTIO E PISTA, CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE	1.428	4.367	1.479	7.274
AEROPORTO INTERNACIONAL JOÃO PESSOA - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, REFORÇO PISTA, PÁTIO DE ESTACIONAMENTO	-	9.598	7.293	16.890
AEROPORTO DE VITÓRIA - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA	3.616	1.518	1.951	7.085
AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, REURBANIZAÇÃO DO ACESSO E CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES	1.574	2.637	2.085	6.296
AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS - ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS	41.299	42.060	2.167	85.526
AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS - RECUPERAÇÃO DA PISTA PRINCIPAL, COMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DO SISTEMA VIÁRIO, DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DE AERONAVES	22.000	16.862	3.283	42.145
AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS	3.770	-	-	3.770
GRANDES VULTO	0	74.744	63.129	137.873
AEROPORTO INTERNACIONAL CRUZEIRO DO SUL REFORMA DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E CLIMATIZAÇÃO	0	3.012	6.970	9.982
AEROPORTO INTERNACIONAL DE CORUMBÁ - RECUPERAÇÃO DO PÁTIO DE AERONAVES, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MACRODRENAGEM, DO BALIZAMENTO NOTURNO, DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E OBRAS COMPLEMENTARES	0	4.510	417	4.927
DIVERSOS AEROPORTOS - DEMAIS OBRAS DE ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA	0	67.222	55.742	122.964
TOTAL	95.778	241.729	101.619	439.126

(EM R\$ MIL)

b) Investimentos em equipamentos, móveis e utensílios:

(EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2007		
	PRÓPRIO	ATAERO	TOTAL
EQUIPAMENTOS	59.723	25.490	85.213
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	6.028	-	6.028
MOBILIÁRIOS DIVERSOS	2.098	-	2.098
RAIO-X DE MÃO	6.089	-	6.089
RAIO X INSPECAO DE BAGAGEM	1.637	-	1.637
TRANSELEVADORES	9.167	-	9.167
SISTEMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO SISTEMA ALSF-1 CAB 11L	-	2.036	2.036
DEMAIS EQUIPAMENTOS	34.704	23.454	58.158

Nota 23 – Alterações promovidas pela Lei nº. 11.638/07 a partir do exercício de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM e demais órgãos reguladores deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais.

No momento, a Empresa promoverá estudos e avaliação dos impactos dessa nova lei para mensurar os efeitos de mudanças de práticas contábeis e aguardará o seu resultado para divulgar a estimativa dos efeitos nas demonstrações contábeis, tendo em vista que no momento e nessas circunstâncias, não é praticável determinar com segurança os efeitos da adoção plena da nova lei.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2008.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
NELSON AZEVEDO JOBIM

CONSELHEIROS

SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI

ANTÔNIO ADRIANO DA SILVA

AIRTON ESTEVENS SOARES

**Maj Brig Ar JORGE GODINHO BARRETO
NERY**

Maj Brig Ar RAMON BORGES CARDOSO

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI
Presidente

**SEBASTIÃO MARTINS FERREIRA
JUNIOR**
Diretor Financeiro

**SEVERINO PEREIRA DE REZENDE
FILHO**
Diretora de Engenharia

CLEONILSON NICÁCIO SILVA
Diretor de Operações

RAIMUNDO JOSÉ MIRANDA SOUZA
Diretor de Administração

CARLOS ALBERTO MARTINS DE SOUZA
Diretor Comercial

ELISMAR GONÇALVES LOPES
Gerente de Contabilidade e Custos
CRC-DF 011950/O-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

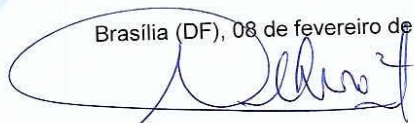
À
**Diretoria e Acionistas da
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO
Brasília – DF**

1. Examinamos o balanço patrimonial da **Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO** levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO** em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e prática contábil referente aos investimentos efetuados em bens da União, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
4. Conforme descrito nota explicativa nº 21, a Empresa discute judicialmente a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU. Com isto, a Empresa não vem recolhendo nem provisionando tais valores, cujo montante, segundo executivos fiscais em curso no judiciário, gira em torno de R\$ 1.536.561 mil. A Administração da Empresa, com base em informações fornecidas pela sua Procuradoria Jurídica e em função do reconhecimento pelos Tribunais Regionais Federais da tese da imunidade tributária da INFRAERO, não constituiu provisão contábil de tais valores.



5. As demonstrações contábeis relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, que estão sendo apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas conforme parecer emitido com o mesmo parágrafo de ênfase descrito no item 4 anterior, emitido em 08 de fevereiro de 2007.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2008.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-T-SP

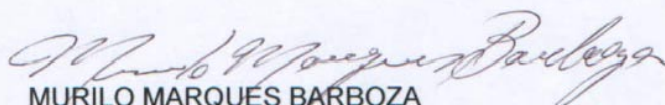


MARTINELLI AUDITORES
CRC(SC) nº 001.132/O-9

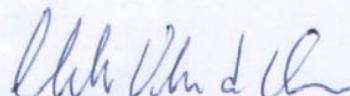
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA INFRAERO

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o inciso VII, do art. 163, da Lei n.º 6.404/76, e disposições estatutárias, considerando a aprovação das Contas pela Diretoria Executiva em reunião realizada no dia 15 de fevereiro de 2008, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, considerando as conclusões apresentadas nos Pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, de 08 de fevereiro de 2008, respectivamente, e as informações complementares sobre as demonstrações contábeis realizadas em 18/02/2008, nos termos e limites da aprovação das contas levada a efeito na 2ª/2008 Reunião Ordinária do Conselho de Administração da INFRAERO, realizada em 11 de março de 2008, entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa, estando em condições de serem encaminhadas para a aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

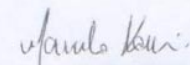
Brasília-DF, 11 de março de 2008



MURILO MARQUES BARBOZA
Presidente do Conselho Fiscal



CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA
Membro do Conselho Fiscal



MARCELO AKIYOSHI LOUREIRO
Membro do Conselho Fiscal



INFRAERO

Aeroportos Brasileiros